

**14. PROPOSTA – ADESÃO À ADAPT.LOCAL – REDE DE MUNICÍPIOS PARA A ADAPTAÇÃO LOCAL ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS:**

Do **Vereador Altino Bessa** propondo a adesão do Município de Braga à rede AdaPT.Local com o correspondente pagamento da cota anual de 1000 euros. Anexam-se os Estatutos, Regulamento Interno da Associação e Estudo de Viabilidade Económico-Financeira.



BRAGA  
Município

04/05/2014

À ~ b. Santos.

2001-13



## Proposta

### **“Adesão à «AdaPT.Local | Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas»”**

Ex. mo Sr. Presidente,

A Associação “AdaPT.Local – Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas” tem por objetivo criar uma rede de municípios e de outras entidades públicas e privadas para dinamizar a adaptação local às alterações climáticas em Portugal e vem na sequência do projeto ClimAdaPT.Local promovido pela Agência Portuguesa de Ambiente (APA). Esta estrutura de parceria, liderada por autarquias, tem como finalidade dinamizar a adaptação local às Alterações Climáticas em Portugal, reconhecendo a gravidade dos impactes atuais e futuros gerados pela mudança climática para as comunidades locais e afirmando a importância da escala local para a conceção e implementação das soluções de adaptação mais eficazes, eficientes e equitativas.

Neste contexto, a Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas assume como seus objetivos principais:

- Promover um processo contínuo de elaboração de estratégias municipais de adaptação às alterações climáticas;
- Promover a integração das estratégias referidas na alínea anterior nas ferramentas de planeamento municipal;
- Promover a troca de conhecimento e de experiências ao nível da adaptação local entre as autarquias locais, as instituições de ensino superior e do sistema científico e tecnológico, as empresas e o tecido associativo;
- Promover relações de cooperação internacional com outras redes e estruturas, facilitando a incorporação de novas abordagens e soluções, bem como divulgando as práticas pensadas e implementadas pelos municípios portugueses;
- Promover a capacitação das autarquias, nomeadamente dos eleitos e do corpo técnico municipal, no domínio da adaptação às alterações climáticas ao nível local;
- Promover o desenvolvimento de ferramentas e produtos que facilitem a elaboração e implementação das estratégias municipais de adaptação às alterações climáticas nos municípios participantes e, no futuro, nos demais municípios portugueses;
- Gerir e ampliar o sistema de informação de apoio à capacitação, divulgação e comunicação no domínio da adaptação às alterações climáticas desenvolvido no âmbito do ClimAdaPT.Local.

Complementarmente, a Rede visa ainda a prossecução dos seguintes objetivos complementares:

- Contribuir para a adoção de políticas, programas, medidas e legislação facilitadora da adaptação ao nível local;
- Criar instrumentos de financiamento que apoiem a implementação de estratégias e planos municipais de adaptação às alterações climáticas;
- Disseminar as práticas de planeamento estratégico da adaptação às alterações climáticas e da sua integração no planeamento e ordenamento do território;
- Sensibilizar as comunidades locais e os diversos atores setoriais para as questões da adaptação às alterações climáticas.

Braga tem desenvolvido esforços com vista a traçar estratégias de adaptação às alterações climáticas, como resposta aos desafios climáticos que atravessamos. É um tema absolutamente prioritário e é elementar para evitar, no futuro, problemas graves que coloquem em risco as comunidades.

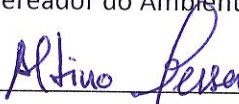
Assim sendo, proponho a adesão do Município de Braga à rede AdaPT.Local com o correspondente pagamento de cota anual de 1000€ (mil euros).

Anexos:

- Estatutos ADAPT.LOCAL;
- Regulamento interno da Associação;
- Estudo de Viabilidade Económico-financeira.

8 de janeiro de 2020

O Vereador do Ambiente



---

Eng. Altino Bessa

Registo de entrada: pedido de 11/11/2019 (email)

**Assunto:** PEDIDO DE INFORMAÇÃO SOBRE A POSSIBILIDADE DO MUNICÍPIO ADERIR À «ADAPT.LOCAL - Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas»

Parecer Jurídico de 12/11/2019

Técnico responsável: Elisa Cunha Coelho

#### QUESTÃO

Solicita-se com a maior brevidade parecer relativamente à proposta de adesão do Município de Braga à ADAPT.LOCAL.

**Proposta:**

Inexiste.

**Anexos:** 2 documentos – Estatutos e Regulamento Interno

#### ANÁLISE

Quanto à participação do Município de Braga na **ADAPT.LOCAL**:

- **Caracterização da REDE**

- De acordo com os estatutos apresentados, a **ADAPT.LOCAL**, «é uma **pessoa coletiva de direito privado, sem fins lucrativos**, com natureza associativa, constituída por tempo indeterminado e que se rege pelos respetivos Estatutos e respetivos Regulamentos e normas de direito aplicáveis, nomeadamente o Código Civil, e a Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, nas suas versões atualizadas.»

- O **objeto** consta do artigo 2.º dos Estatutos e é o de:

«A **adapt.local** tem por objeto criar uma rede de municípios e de outras entidades públicas e privadas para dinamizar a adaptação local às alterações climáticas em Portugal, promovendo um processo contínuo de planeamento adaptativo que aumente a capacidade dos municípios portugueses e de outras entidades, públicas ou privadas, em incorporar a adaptação às alterações climáticas nas suas políticas de

atuação e nos seus instrumentos, afirmando a importância da escala local para a conceção e implementação de soluções de adaptação mais eficazes, eficientes e equitativas.»

- **Forma de organização**

- São órgãos da rede a Assembleia Geral, a Direção e o Conselho Fiscal.

- **Deveres dos associados:**

- De acordo com o artigo 8º dos Estatutos cada Associado deve pagar as quotas que forem fixadas de acordo com o Regulamento Interno (1.000€/ano).
- É aplicável aos «Associados Efetivos», que são os que cumprem os requisitos do artigo 6º dos Estatutos (não tenho elementos para saber se o Município de Braga os cumpre ou não)

- **Análise:**

O primeiro passo é o de aferir quais serão as atividades de relevante interesse público municipal que irão ser desenvolvidas pela Rede em causa.

De facto, o interesse público que norteia a atividade da Administração, **também delimita a capacidade jurídica das pessoas coletivas públicas e a competência dos respetivos órgãos, através do princípio da especialidade** (cfr. Art.º 45º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro). De acordo com este princípio, as pessoas coletivas existem tendo em vista a prossecução de determinados objetivos ou fins, pelo que só podem atuar para e na medida em que os pretendam alcançar. Nesta conformidade, *“a limitação da capacidade da pessoa coletiva está principalmente neste dever de só exercer os poderes para alcançar os fins institucionais, sem que deles se possa desviar”* (cfr art.º 160º nº 1 do Código Civil).

A presente Rede propõe-se dinamizar a adaptação local às alterações climáticas em Portugal.

Ora, aos Municípios, cabe, nos termos da Lei nº 75/2013:

**Artigo 23.º**

**Atribuições do município**

1 - **Constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações**, em articulação com as freguesias.

2 - Os municípios dispõem de atribuições, designadamente, nos **seguintes domínios**:

- a) Equipamento rural e urbano;
- b) Energia;
- c) Transportes e comunicações;
- d) Educação, ensino e formação profissional;

- e) Património, cultura e ciência;
- f) Tempos livres e desporto;
- g) Saúde;
- h) Ação social;
- i) Habitação;
- j) Proteção civil;
- k) **Ambiente** e saneamento básico;
- l) Defesa do consumidor;
- m) Promoção do desenvolvimento;
- n) Ordenamento do território e urbanismo;
- o) Polícia municipal;
- p) Cooperação externa.

**Legislação a ter em conta:**

Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto

Aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais

**Artigo 1.º**

**Objeto e âmbito**

- 1 - A presente lei estabelece o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais.
- 2 - O associativismo municipal e a participação em entidades de direito público são objeto de diploma próprio.
- 3 - Sem prejuízo do regime previsto na lei geral, a constituição ou a mera participação em associações, cooperativas, fundações ou quaisquer outras entidades de natureza privada ou cooperativa pelos municípios, pelas associações de municípios, independentemente da respetiva tipologia, e pelas áreas metropolitanas rege-se pelo disposto na presente lei.

**Artigo 56.º**

**Requisitos e procedimentos**

- 1 - Os entes constituídos ou participados nos termos do presente capítulo devem prosseguir fins de relevante interesse público local, devendo a sua atividade compreender-se no âmbito das atribuições das respetivas entidades públicas participantes.
- 2 - A constituição ou a participação nos entes previstos no presente capítulo está sujeita ao visto prévio do Tribunal de Contas, independentemente do valor associado ao ato.
- 3 - Aos entes previstos nos números anteriores é aplicável, com as devidas adaptações, o disposto nos artigos 53.º a 55.º, sem prejuízo do estabelecido no n.º 3 do artigo 59.º

**Artigo 59.º**

**Associações de direito privado**

1 - Os municípios, as associações de municípios, independentemente da respetiva tipologia, e as áreas metropolitanas podem participar com pessoas jurídicas privadas em associações.

2 - As associações referidas no número anterior regem-se pelo Código Civil.

3 - O disposto no artigo 47.º aplica-se, com as devidas adaptações, às associações de direito privado em que as entidades públicas participantes exerçam uma influência dominante em razão da verificação dos requisitos constantes do n.º 1 do artigo 19.º

**Nunca esquecendo:**

**Artigo 32.º**

**Viabilidade económico-financeira e racionalidade económica**

1 - A deliberação de constituição das empresas locais ou de aquisição de participações que confiram uma influência dominante, nos termos da presente lei, deve ser sempre precedida dos necessários estudos técnicos, nomeadamente do plano do projeto, na ótica do investimento, da exploração e do financiamento, demonstrando-se a viabilidade e sustentabilidade económica e financeira das unidades, através da identificação dos ganhos de qualidade, e a racionalidade acrescentada decorrente do desenvolvimento da atividade através de uma entidade empresarial, sob pena de nulidade e de responsabilidade financeira.

2 - Os estudos previstos no número anterior devem incluir ainda a justificação das necessidades que se pretende satisfazer com a empresa local, a demonstração da existência de procura atual ou futura, a avaliação dos efeitos da atividade da empresa sobre as contas e a estrutura organizacional e os recursos humanos da entidade pública participante, assim como a ponderação do benefício social resultante para o conjunto de cidadãos.

3 - A viabilidade e sustentabilidade económico-financeira são demonstradas, quando aplicável, observando as disposições dos n.os 14 e 15 do artigo 62.º

4 - A atribuição de subsídios à exploração pelas entidades públicas participantes no capital social exige a celebração de um contrato-programa.

5 - No caso de a empresa local beneficiar de um direito especial ou exclusivo, nos termos definidos no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 148/2003, de 11 de julho, que «Transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2000/52/CE, da Comissão, de 26 de julho, que altera a Diretiva n.º 80/723/CEE, da Comissão, de 25 de junho, relativa à transparência das relações financeiras entre as entidades públicas dos Estados membros e as empresas públicas», alterado pelo Decreto-Lei n.º 120/2005, de 26 de julho, e pelo Decreto-Lei n.º 69/2007, de 26 de março, essa vantagem deve ser contabilizada para aferição da sua viabilidade financeira.

6 - Os estudos referidos nos n.os 1 e 2, bem como os projetos de estatutos e todos os demais elementos de instrução existentes, acompanham as propostas de constituição e participação em empresas locais, devendo ser objeto da apreciação e deliberação previstas no n.º 1 do artigo 22.º

7 - Independentemente das obrigações de controlo e fiscalização previstas na presente lei e na lei comercial, o desempenho da empresa local deve ser objeto de avaliação anual pelos respetivos órgãos sociais, incluindo a elaboração de um relatório com a análise comparativa das projeções decorrentes dos estudos referidos nos n.os 1 e 2 e a efetiva situação económico-financeira da empresa local, o qual é obrigatoriamente comunicado à Inspeção-Geral de Finanças.



8 - A cominação prevista no n.º 1 aplica-se ainda a todos os atos ou contratos, de natureza instrumental, acessória ou conexa à constituição de empresas locais ou de aquisição de participações sociais, dos quais decorram efeitos de natureza económica ou financeira.

**Tudo isto atento os princípios que devem sempre nortear a administração:**

**Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro - Código do Procedimento Administrativo**

**Artigo 4.º**

**Princípio da prossecução do interesse público e da proteção dos direitos e interesses dos cidadãos**

Compete aos órgãos da Administração Pública prosseguir o interesse público, no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos.

**Artigo 5.º**

**Princípio da boa administração**

- 1 - A Administração Pública deve pautar-se por critérios de eficiência, economicidade e celeridade.
- 2 - Para efeitos do disposto no número anterior, a Administração Pública deve ser organizada de modo a aproximar os serviços das populações e de forma não burocratizada.

**Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro - REGIME FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS LOCAIS E ENTIDADES INTERMUNICIPAIS**

**Artigo 3.º**

**Princípios fundamentais**

- 1 - O setor local está sujeito aos princípios consagrados na Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual, que expressamente o reíram.
- 2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, a atividade financeira das autarquias locais desenvolve-se com respeito pelos seguintes princípios:
  - a) Princípio da legalidade;
  - b) Princípio da estabilidade orçamental;
  - c) Princípio da autonomia financeira;
  - d) Princípio da transparência;
  - e) Princípio da solidariedade nacional recíproca;
  - f) Princípio da equidade intergeracional;
  - g) Princípio da anualidade e plurianualidade;
  - h) Princípio da unidade e universalidade;
  - i) Princípio da não consignação;
  - j) Princípio da justa repartição dos recursos públicos entre o Estado e as autarquias locais;
  - k) Princípio da coordenação entre finanças locais e finanças do Estado;
  - l) Princípio da tutela inspetiva.
- 3 - Os princípios previstos no presente capítulo são aplicáveis, com as devidas adaptações, à atividade financeira das restantes entidades do setor local.





Sobre o assunto, reitera-se o parecer emitido pela CCDRN sobre o assunto, e que sintetiza os essenciais pontos referentes à adesão do Município a uma associação de direito privado:

Parecer da                    INF\_DSAJAL\_LIR\_  
CCDRN n.º:                1808/2019  
Data:                        19.02.2019

«(...)

## **II – Da possibilidade de o Município e a Empresa Municipal participarem em Associações**

A este propósito, teremos de analisar o disposto na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na medida em que estabelece “o regime Jurídico da atividade empresarial local e das participações locais (RJAEL)”.

Com efeito, os artigos 56º e seguintes deste diploma regulam sobre as “Outras participações”, sendo de realçar que os entes participados “devem prosseguir fins de relevante interesse público local, devendo a sua atividade compreender-se no âmbito das atribuições das respetivas entidades públicas participantes”. Por outro lado, o art.º 59º deste diploma consigna o seguinte:

### **“Artigo 59.º**

#### **Associações de direito privado**

- 1 - Os municípios, as associações de municípios, independentemente da respetiva tipologia, e as áreas metropolitanas podem participar com pessoas jurídicas privadas em associações.**
- 2 - As associações referidas no número anterior regem-se pelo Código Civil.**
- 3 - O disposto no artigo 47.º aplica-se, com as devidas adaptações, às associações de direito privado em que as entidades públicas participantes exerçam uma influência dominante em razão da verificação dos requisitos constantes do n.º 1 do artigo 19.º**

**Assim, ao abrigo do n.º 1 deste art.º 59º, o Município pode participar em associações que prossigam fins de relevante interesse público local.**

(...)

Alerta-se, porém, para o facto de o Município não poder conceder subsídios se participar na Associação.

Em suma, independentemente de estar em causa uma “Associação sem fins lucrativos”:

- O município **pode participar com pessoas jurídicas privadas em associações**, desde que observe o consignado nos artigos 56º e seguintes da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação, sendo de realçar que o ente participado deve “**prosseguir fins de relevante interesse público local, devendo a sua atividade compreender-se no âmbito das atribuições das respetivas entidades públicas participantes**”;



- De acordo com a Solução Interpretativa Uniforme, aprovada na Reunião de Coordenação Jurídica, de 24 de maio de 2016, "entende-se que não reveste a natureza de apoio financeiro, o pagamento da quota inerente à qualidade de participante, imposta pelos estatutos da entidade em causa";

- À luz da Solução Interpretativa Uniforme, aprovada na Reunião de Coordenação Jurídica, de 23 de maio de 2013, se o município detiver alguma participação na Associação não pode conceder-lhe apoio financeiro/subsídios.

### **III – Do procedimento a observar pelo município para a participação em associações**

Os números 2 e 3 do art.º 56º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto determinam ainda o seguinte:

#### **"Artigo 56.º**

##### **Requisitos e procedimentos**

"1 – (...).

2 - A constituição ou a participação nos entes previstos no presente capítulo **está sujeita ao visto prévio do Tribunal de Contas, independentemente do valor associado ao ato.**

3 - Aos entes previstos nos números anteriores é aplicável, com as devidas adaptações, o disposto nos artigos 53.º a 55.º, sem prejuízo do estabelecido no n.º 3 do artigo 59.º "

Assim, na medida em que o nº 3 deste normativo manda aplicar, ainda que com as devidas adaptações, o consignado nos artigos 53º a 55º à participação em associações, subscrevemos a tese defendida por José Miguel Vitorino, no sentido de "o regime de aquisição de participações numa associação por parte de um município" implicar o seguinte procedimento:

**i) Por proposta do órgão executivo – a câmara municipal – delibera-se no órgão deliberativo – a assembleia municipal – sobre a aquisição de participações (art. 53º, nº 1); ii) O acto de aquisição é sujeito a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, independentemente do montante associado à aquisição (art.º 54º, nº 1)9; iii) A aquisição é obrigatoriamente comunicada pelo município à Inspeção-Geral das Finanças e à Direção-Geral das Autarquias Locais, no prazo de 15 dias (art. 54º, nº 2).**

Nos termos do art.º 53º, nº 1, a deliberação do órgão deliberativo da entidade participante **deve ser fundamentada, sendo que a fundamentação da aquisição das unidades de participação deve integrar os pressupostos justificativos do relevante interesse público local.** Assim se conclui que esta fundamentação deve ser fornecida ao órgão deliberativo por parte do órgão executivo, sendo que é este o órgão a quem cabe a primeira palavra sobre a concretização do que é o interesse público local.

Como se viu, esta aquisição de participações está sujeita, nos termos do art. 53º, nº 3, aos termos descritos no art. 32º, com as devidas adaptações. Significa isto que a deliberação de aquisição de participações locais que confira uma influência dominante **deve ser precedida de estudos técnicos do plano do projecto – na óptica do investimento.**



**da exploração e do financiamento -, bem como da demonstração da viabilidade e sustentabilidade económica e financeira das unidades a adquirir – nomeadamente através da**

- Identificação dos ganhos de qualidade e racionalidade acrescentada decorrente do desenvolvimento da atividade através de uma entidade participada. A ausência destes estudos e demonstrações comporta a nulidade da deliberação e eventual responsabilidade financeira, nos termos do art. 32º, nº 1 in fine. "
- Para além dos estudos referidos anteriormente, o art. 32º, nº 2, prevê ainda que naqueles sejam incluídos a justificação das necessidades que se pretendem satisfazer com a associação, a demonstração da existência de procura atual ou futura, a avaliação dos efeitos da atividade da associação sobre as contas e a estrutura organizacional e os recursos humanos da entidade pública participante, assim como a ponderação do benefício social resultante para o conjunto dos cidadãos. Quanto a estes estudos, a expressão «devem incluir» presente no art. 32º, nº 2, leva-nos a concluir que, apesar da sistematização normativa do artigo, a ausência destes elementos conduz também à nulidade da deliberação e à responsabilidade financeira, nos termos do art. 32º, nº 1.
- Ainda quanto ao processo de aquisição das unidades de participação, parece importante referir que, por princípio, os **documentos necessários à deliberação, previstos nos arts 53º, nº 1, e 32º, nºs 1 e 2, deverão ser documentos provenientes da entidade participante**, pois o facto de esses documentos provirem da associação cujas participações vão ser adquiridas não garante a isenção administrativa no procedimento, como previsto no art. 9º do CPA.

Por último, nos termos do art. 54º, nº 1, **está prevista a fiscalização prévia do Tribunal de Contas que, nos termos do art. 44º, nº 1, da Lei nº 98/97, de 26 de Agosto, "tem por fim verificar se os actos, contratos ou outros instrumentos geradores de despesa ou representativos de responsabilidades financeiras directas ou indirectas estão conformes as leis em vigor e se os respectivos encargos têm cabimento em verba orçamental própria"**, sendo que, nos termos do nº 3, "constitui fundamento da recusa de visto a desconformidade dos atos, contratos e demais instrumentos referidos com as leis em vigor que implique: a) Nulidade 14; b) Encargos sem cabimento em verba orçamental própria ou violação direta de normas financeiras 15; c) ilegalidade que altere ou possa alterar o respetivo resultado financeiro." (negritos nossos)

• **Conclusão:**

- O Município pode aderir à Rede em causa, desde que efetue proposta devidamente fundamentada e com os requisitos acima referidos;
- É necessária a aprovação/autorização da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal;
- Só pode haver adesão depois de verificada a existência de declaração de suficiência orçamental e de cativação das respetivas verbas, referentes ao pagamento da quota anual a que o Município se obriga a pagar;
- Deve ser requerida a Fiscalização Prévia do Tribunal de Contas (Lei n.º 98/97, de 26 de agosto - LEI DE ORGANIZAÇÃO E PROCESSO DO TRIBUNAL DE CONTAS).

À consideração superior.

A jurista,  
Elisa Cunha Coelho

## REGULAMENTO INTERNO DA ASSOCIAÇÃO

### *“ADAPT.LOCAL - REDE DE MUNICÍPIOS PARA A ADAPTAÇÃO LOCAL ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS”*

#### CAPÍTULO I

##### Disposições Gerais

##### Artigo 1.º

###### (Definições Gerais)

A Associação, que adota a denominação “**adapt.local** - Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas”, doravante designada por **adapt.local** ou “Rede”, rege-se pelos seus Estatutos, pelo presente Regulamento Interno e demais normas de direito aplicáveis, nomeadamente o Código Civil e a Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, nas suas versões atualizadas.

##### Artigo 2.º

###### (Âmbito)

O presente Regulamento Interno visa:

- a) Fixar e concretizar as normas de funcionamento da **adapt.local**;
- b) Assegurar o respeito pelos objetivos dos Associados da **adapt.local**;
- c) Assegurar a divulgação e o cumprimento das regras de funcionamento da **adapt.local**;
- d) Promover a participação ativa dos Associados na atividade e dinâmica da **adapt.local**.

#### CAPÍTULO II

##### Dos Associados

##### Artigo 3.º

###### (Admissão)

1. Podem ser Associados da **adapt.local** as pessoas coletivas, públicas ou privadas, nos termos do previsto no artigo 6.º dos Estatutos, que empenhadas no objeto social desta Rede, sejam

admitidas nos termos dos Estatutos e do presente Regulamento.

2. Nos termos do artigo 6.º dos Estatutos da **adapt.local**, os Associados podem revestir as seguintes categorias:
  - a) Associado Efetivo;
  - b) Associado Auxiliar.

#### Artigo 4.º

##### (Processo de Adesão)

1- O processo de adesão é formalizado através do envio obrigatório do "PEDIDO DE ADESÃO" referente à respetiva categoria de Associado, anexos ao presente Regulamento, devidamente preenchido e assinado, dirigido à Direção, através do endereço eletrónico ([info@adapt-local.pt](mailto:info@adapt-local.pt)), que após receção, submete a deliberação na primeira Assembleia Geral realizada após a receção do respetivo pedido de adesão.

2- O previsto no número anterior não é aplicável aos Municípios que integravam a "Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas", e que outorgam a escritura de constituição da presente Associação, por si ou mediante representação.

#### Artigo 5.º

##### (Quotas)

1. Aos Associados Efetivos da **adapt.local** será cobrada uma quota anual no valor de € 1.000,00 (mil euros).
2. O valor da quota anual a cobrar aos Associados Efetivos é definido em Assembleia Geral, sob proposta da Direção, tendo em conta a estimativa de custos programados aquando da apresentação do Programa de Atividades da **adapt.local** para o quadriénio.
3. A quota anual referida no presente artigo tem como data de vencimento o dia 1 de janeiro de cada ano, devendo o seu pagamento ser efetuado no decurso do respetivo mês de janeiro, com a exceção da quota devida no momento da constituição da Rede, bem como, aquela que diga respeito ao ano de admissão do Associado à Rede, cujo pagamento deverá ser efetuado no respetivo mês.
4. Sempre que se verifique o estipulado no n.º 3 do art.º 10 dos Estatutos, é devida à **adapt.local**, pelo Associado que se encontre na situação aí prevista, o valor da quota anual devida pelo Associado Efetivo.

### **CAPÍTULO III**

#### **Dos Órgãos Sociais**

##### **Artigo 6.º**

###### **(Composição)**

Compõem, de acordo com os Estatutos da **adapt.local**, os seus Órgãos Sociais:

- a) Assembleia Geral;
- b) Direção;
- c) Conselho Fiscal;

##### **Secção I**

###### **Assembleia Geral**

##### **Artigo 7.º**

###### **(Reunião)**

A Assembleia Geral reúne de forma ordinária e extraordinária, competindo ao Presidente da Direção convocar a Assembleia Geral, de acordo com os procedimentos e demais formalismos previstos nos Estatutos da **adapt.local**.

##### **Artigo 8.º**

###### **(Direito de Participação)**

Participam nas Assembleias Gerais da **adapt.local** os Associados nos termos do previsto nos art.º 15.º a 19.º dos Estatutos.

##### **Artigo 9.º**

###### **(Perda de Mandato)**

1. A falta a sessões ou reuniões de qualquer dos titulares da Mesa da Assembleia Geral poderá implicar a perda de mandato se faltarem, sem justificação prévia, a três encontros consecutivos, ou cinco interpolados.



2. A justificação prévia das faltas, bem como a justificação de faltas dadas sem aviso prévio, é dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, que aprecia os seus fundamentos.
3. O prazo para justificação de faltas dadas sem aviso prévio é de 15 (quinze) dias corridos.

## **Secção II**

### **Direção**

#### **Artigo 10.º**

##### **(Grupos de Trabalho)**

1. A Direção poderá aprovar a constituição de grupos de trabalho, pelo tempo considerado necessário à realização dos seus objetivos de constituição, de acordo com os objetivos previstos nos art.º 2.º e 3.º dos Estatutos;
2. A Direção pode convidar para a constituição desses Grupos de Trabalho qualquer categoria de Associado.
3. A Direção pode publicitar e dar a conhecer os relatórios produzidos no âmbito de cada Grupo de Trabalho, quando estes existirem.
4. Os Grupos de Trabalho não são, por regra, remunerados. Qualquer espécie de remuneração aos seus Associados deve ser aprovada sob proposta da Direção e aprovação de maioria simples dos Associados presentes em reunião de Assembleia Geral.
5. Os Grupos de Trabalho criados nos termos do n.º 3, do artigo 13.º dos Estatutos da Associação e do presente artigo, podem ver o seu prazo de funcionamento prorrogado, sob proposta fundamentada da Direção e aprovação de maioria simples dos Associados presentes em reunião de Assembleia Geral.

#### **Artigo 11.º**

##### **(Secretariado de Gestão)**

1. A Direção poderá nomear um Secretariado de Gestão, sob aprovação da Assembleia Geral.
2. O Secretariado de Gestão é composto pelo número máximo de 7 (sete) Associados da **adapt.local**, sendo que, é obrigatória a integração de pelo menos um representante do Associado Efetivo que em cada momento presida à Direção da **adapt.local**.
3. O mandato do Secretariado de Gestão é coincidente com o mandato da Direção da Rede, devendo cessar quando aquele cesse, podendo, no entanto o mesmo ser renovado.

4. Compete, por delegação da Direção, ao Secretariado de Gestão:
- a. Implementar as orientações estratégicas da Direção;
  - b. Assegurar o funcionamento da **adapt.local**;
  - c. Executar os planos e as decisões da Assembleia Geral;
  - d. Preparar o Programa de Atividades para o Quadriénio e o Orçamento, os Planos de Investimento e os Relatórios de Execução Orçamental e o Relatório de Atividades, submetendo-os à apreciação da Direção nos prazos definidos por esta;
  - e. Executar o controlo de gestão da **adapt.local**, nomeadamente o cumprimento do Programa de Atividades, a planificação anual e Orçamento;
  - f. Propor à Direção novos investimentos e projetos;
  - g. Representar institucionalmente a **adapt.local**, promovendo, para o efeito, contactos com associações congéneres, entidades públicas, semi-públicas e privadas, dentro dos limites fixados pela Direção;
  - h. Negociar contratos, protocolos e demais instrumentos necessários à realização das finalidades da **adapt.local**;
  - i. Elaborar os Regulamentos necessários ao bom funcionamento da **adapt.local**;
  - j. Promover reuniões e analisar as propostas dos Associados;
  - k. Dirigir os serviços da **adapt.local**.

### **Secção III**

#### **Conselho Fiscal**

##### **Artigo 12.º**

##### **(Pareceres e Decisões)**

Os pareceres e Decisões do Conselho Fiscal sobre as matérias previstas nos Estatutos e na Lei devem ser do conhecimento de todos os Associados da **adapt.local**, sendo para o efeito publicitados no seu sítio da internet.

##### **Artigo 13.º**

##### **(Dos Atos Eleitorais)**

1. Compete ao Conselho Fiscal a decisão do Recurso apresentado às decisões da Mesa da Assembleia

Geral relativas a atos eleitorais para os Órgãos da **adapt.local**.

2. O Recurso deve ser apresentado por escrito, dirigido ao seu Presidente para os endereços institucionais do Conselho Fiscal e dos serviços administrativos da **adapt.local**.

3. O Conselho Fiscal deve pronunciar-se sobre o Recurso até um máximo de 48 horas do início do ato eleitoral.

### **Capítulo III**

#### **Das Eleições e Dos Mandatos**

##### **Artigo 15.º**

###### **(Duração dos Mandatos)**

1. Os mandatos dos Órgãos Sociais da **adapt.local** têm a duração de 4 (quatro) anos, renováveis, com limite máximo de 3 (três) mandatos.
2. A limitação de mandatos não será aplicável quando o titular exerça funções em órgãos diferentes.
3. O Mandato dos Presidentes dos Órgãos Sociais apenas pode ser renovado consecutivamente por três vezes, nos termos estatutários.
4. Os Associados dos órgãos sociais iniciarão o seu mandato logo após a sua tomada de posse, que deve ocorrer até ao fim do primeiro trimestre do ano seguinte à realização das eleições autárquicas em que intervêm os titulares dos órgãos da Rede.

##### **Artigo 16.º**

###### **(Do Processo Eleitoral)**

1. As eleições terão lugar em Assembleia Geral marcada para o efeito com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.
2. A convocatória da Assembleia Geral Eleitoral deve seguir por correio postal ou mediante correio registado ou correio eletrónico via CTT, a que poderá acrescer envio de e-mail para a conta geral da entidade representada, para cada Associado com capacidade eleitoral ativa e, simultaneamente, ser publicada em local visível e identificável no sítio da internet da **adapt.local**.
3. As Listas candidatas aos Órgãos Sociais devem conter o número de candidatos previstos nos termos estatutários com a identificação de cada um dos candidatos por nome completo, número e categoria de sócio.

4. As Listas candidatas devem ser entregues aos Presidente da Mesa da Assembleia Geral, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até 30 (trinta) dias de antecedência ao ato eleitoral.
5. A existência de qualquer irregularidade no processo verificada pela Mesa da Assembleia Geral deve ser comunicada ao candidato melhor colocado de cada lista, que se verifique a irregularidade, com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias ao ato eleitoral.
6. As irregularidades eleitorais podem ser supridas até 5 (cinco) dias do ato eleitoral.
7. A ausência de supressão das irregularidades implica a anulação da candidatura irregular por deliberação da Mesa da Assembleia Geral.
8. Essa deliberação é comunicada imediatamente ao candidato melhor colocado da lista anulada.
9. Da deliberação de anulação de candidatura cabe recurso para o Conselho Fiscal, nos termos do artigo 13.º do Regulamento Interno.

#### **Capítulo IV**

##### **Das Alterações ao Regulamento Interno e da Entrada em Vigor**

###### **Artigo 17.º**

###### **(Revisão do Regulamento)**

Sob proposta da Direção ou de 1/5 dos Associados, o normativo do Regulamento Interno pode ser alterado em Assembleia Geral marcada para o efeito, bastando para tanto a aprovação de maioria simples dos Associados Efetivos presentes.

###### **Artigo 18.º**

###### **(Entrada em vigor)**

O Regulamento interno entra em vigor imediatamente após a sua aprovação em Assembleia Geral.

## ANEXO I – PEDIDO DE ADESÃO PARA ASSOCIADO EFETIVO

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_

Exmo(a). Senhor(a)  
Presidente da Direção da Associação  
**adapt.local** - Rede de Municípios para a  
Adaptação Local às Alterações  
Climáticas

**ASSUNTO:** Pedido de Adesão à **adapt.local** - Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas

Exmo. Sr.,

O Município de (nome da entidade) vem por este meio formalizar o pedido de adesão à **adapt.local** - Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas, como Associado Efetivo, considerando:

- Desenvolver, no âmbito das suas competências, ações referentes à adaptação local às alterações climáticas, e
- Dispor de uma estratégia e/ou plano (escolher o que é aplicável) municipal de adaptação às alterações climáticas aprovado.

Em caso de algum esclarecimento adicional, estamos ao dispor de V. Exas.

Com os melhores cumprimentos,

\_\_\_\_\_  
(XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)

## ANEXO II – PEDIDO DE ADESÃO PARA ASSOCIADO AUXILIAR

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_

Exmo(a). Senhor(a)  
Presidente da Direção da Associação  
**adapt.local** - Rede de Municípios para a  
Adaptação Local às Alterações  
Climáticas

**ASSUNTO:** Pedido de Adesão à **adapt.local** - Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas

Exmo. Sr.,

O/A (nome da entidade) (apresentação da entidade e do trabalho desenvolvido pela mesma no âmbito da adaptação às alterações climáticas).

- XXXXXXXXXXXX
- XXXXXXXXXXXX
- XXXXXXXXXXXX

Face ao exposto, e considerando a sua vasta experiência, investigação e trabalho desenvolvido no âmbito das alterações climáticas, a/o (nome da entidade) vem por este meio formalizar o pedido de adesão à **adapt.local** - Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas, como Associado Auxiliar.

Em caso de algum esclarecimento adicional, estamos ao dispor de V. Exas.

Com os melhores cumprimentos,

---

(XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)



**rede de municípios  
para a adaptação local  
às alterações climáticas**

**Estudo de Viabilidade  
Económico-Financeira**

Outubro 2019





## ÍNDICE

<b>0. SUMÁRIO .....</b>	<b>2</b>
<b>1. REDE DE MUNICÍPIOS PARA A ADAPTAÇÃO LOCAL ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS .....</b>	<b>4</b>
1.1. Objetivos .....	4
1.2. Modelo de Organização e de Funcionamento.....	5
1.3. Programa de Ação 2018-2021 .....	7
<b>2. PRESSUPOSTOS .....</b>	<b>8</b>
2.1. Pressupostos metodológicos e gerais .....	8
2.2. Receitas de exploração .....	9
2.3. Custos de exploração .....	10
2.4. Fontes de financiamento e isenções fiscais .....	11
<b>3. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA .....</b>	<b>13</b>
3.1. Valor atualizado líquido (VAL) .....	13
3.2. Sustentabilidade financeira.....	14
<b>4. CONCLUSÃO .....</b>	<b>16</b>



## 0. SUMÁRIO

A **adapt.local** – Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas foi criada em dezembro de 2016, na sequência do projeto ClimAdaPT.Local promovido pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA). Esta estrutura de parceria liderada por autarquias tem como finalidade dinamizar a adaptação local às Alterações Climáticas em Portugal, reconhecendo a gravidade dos impactes atuais e futuros gerados pela mudança climática para as comunidades locais e afirmando a importância da escala local para a conceção e implementação das soluções de adaptação mais eficazes, eficientes e equitativas.

Desde então, a **adapt.local** tem funcionado como rede de natureza informal não podendo assumir custos. Com a sua transformação numa associação dotada de personalidade jurídica, prevista para meados de 2020, pretende reforçar-se a sua capacidade de intervenção e a visibilidade a nível nacional e internacional, bem como a eficácia na implementação do seu Programa de Ação 2018-2021.

O presente estudo de viabilidade económico-financeira (EVEF) é um dos elementos essenciais à constituição da associação **adapt.local** juntamente com as propostas de estatutos e regulamento interno, entre outros. O objetivo deste estudo é verificar em que medida as receitas correntes da futura associação serão suficientes para cobrir os seus custos operacionais, tendo-se calculado para o efeito o valor atualizado líquido (VAL). Foi também avaliada a sustentabilidade financeira mediante o cálculo do fluxo de caixa acumulado (não atualizado). Seguindo as boas práticas da análise financeira de projetos, todos os cálculos foram realizados a preços constantes (de 2019) e incorporou-se uma taxa de atualização/desconto de 4%.

Na medida em que a **adapt.local** será uma associação aberta a novos membros, designadamente, a municípios que para ela contribuirão com uma quota anual, houve necessidade em se proceder a um exercício de cenarização. Assim, foi considerado um cenário ambicioso em que o número de municípios aderentes aumentaria à razão de cinco por ano no horizonte de 2023; um cenário regular em que esse incremento seria de dois membros por ano; e um cenário conservador de manutenção dos atuais 32 membros efetivos.

A principal conclusão do EVEF é que a associação **adapt.local** é **viável e sustentável financeiramente no horizonte de 2023**. No entanto, no referido cenário conservador, o VAL apurado é modesto, cerca de 3 mil euros, com um saldo acumulado de caixa também relativamente pequeno como resultado da insuficiência de receitas correntes (apenas 32 mil euros por ano) para cobrir os custos esperados para 2022 e 2023.

Desta forma, a futura associação **adapt.local** deve apostar na angariação de novos membros, bem como na eventual prestação de serviços, de modo a reforçar a sua viabilidade e



sustentabilidade financeira. Tal é essencial para que se possa delinear um Programa de Ação 2022-2025 mais ambicioso face ao programa em vigor, de forma supletiva com a constituição da Rede em Associação para a qual o presente estudo concorre.

Este trabalho foi realizado por uma equipa do Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano (CEDRU) com apoio de Pedro Afonso Fernandes, economista.



# 1. REDE DE MUNICÍPIOS PARA A ADAPTAÇÃO LOCAL ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

## 1.1. OBJETIVOS

A **adapt.local** – Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas tem por missão iniciar em Portugal um processo contínuo de elaboração de Estratégias Municipais de adaptação às Alterações Climáticas, aumentando a capacidade dos municípios portugueses e de outras entidades, públicas ou privadas, em incorporar a adaptação às alterações climáticas nas suas políticas de atuação, nos seus instrumentos de planeamento e nas suas intervenções.

Neste contexto, a **adapt.local** assume como **objetivos principais**:

- Promover um processo contínuo de planeamento municipal de adaptação às alterações climáticas;
- Promover a integração de medidas e ações de adaptação climática nas políticas locais e nos instrumentos de planeamento municipal;
- Promover a troca de conhecimento e de experiências ao nível da adaptação local entre as autarquias locais, as instituições de ensino superior e do sistema científico e tecnológico, as empresas e o tecido associativo;
- Promover relações de cooperação internacional com outras redes, associações e entidades, facilitando a incorporação de novas abordagens e soluções, bem como a divulgação das concebidas e implementadas pelos municípios portugueses e outras entidades públicas ou privadas;
- Promover a capacitação das autarquias, nomeadamente dos eleitos e dos corpos técnicos municipais, no domínio da adaptação às alterações climáticas ao nível local;
- Promover o desenvolvimento de ferramentas e produtos que facilitem o planeamento municipal de adaptação às alterações climáticas nos municípios participantes e nos demais municípios portugueses;
- Gerir um sistema de informação de apoio à capacitação, divulgação e comunicação no domínio da adaptação às alterações climáticas.

Complementarmente, a **adapt.local** visa ainda a prossecução dos seguintes **objetivos secundários**:

- Contribuir para a adoção de políticas, programas, medidas e legislação facilitadora da adaptação às alterações climáticas ao nível local;



- Criar instrumentos de financiamento que apoiem o planeamento municipal de adaptação às alterações climáticas;
- Disseminar as práticas de planeamento de adaptação às alterações climáticas e da sua integração no planeamento e ordenamento do território;
- Contribuir, pelos meios ao seu dispor, para a produção e divulgação de conhecimento nos domínios referentes à problemática das alterações climáticas, entre outros, mediante realização de ações formativas;
- Promover a investigação, instigando as instituições de ensino e investigação a debruçar-se sobre questões das alterações climáticas;
- Apoiar e promover campanhas de cidadania ambiental ou de sensibilização das comunidades locais e os diversos atores setoriais para as questões das alterações climáticas, nomeadamente as suas implicações e medidas a adotar para mitigar as suas causas e consequências;
- Organizar eventos e promover prémios nas áreas das alterações climáticas;
- Estabelecer contactos e parcerias com entidades nacionais e internacionais, tendo em vista a prossecução do objeto da **adapt.local**.

## 1.2. MODELO DE ORGANIZAÇÃO E DE FUNCIONAMENTO

Enquanto estrutura de natureza informal, a **adapt.local** tem funcionado de acordo com o seguinte modelo organizacional:

- **Conselho Geral:** órgão deliberativo no qual participam todos os membros da **adapt.local**, efetivos (municípios) e auxiliares;
- **Mesa do Conselho Geral:** os trabalhos do Conselho Geral são dirigidos por uma Mesa composta por um presidente e dois secretários. No mandato 2017-2021, compõem a Mesa do Conselho Geral, os municípios de Guimarães (Presidente), Funchal e Odemira;
- **Conselho Coordenador:** órgão executivo da **adapt.local**, composto por três membros efetivos (municípios) eleitos pelo Conselho Geral, os quais com a sua eleição assumem a liderança da Rede. No mandato 2017-2021, compõem o Conselho Coordenador, os municípios de Loulé (Presidente), Tondela (Vice-Presidente) e Torres Vedras (Vice-Presidente);
- **Secretariado de Gestão:** estrutura técnica, nomeada pelo Conselho Geral, mediante proposta do Conselho Coordenador, que tem como missão prestar apoio técnico à implementação do Programa de Ação da **adapt.local**. É ainda responsável pela elaboração de informações regulares sobre políticas, estratégias e medidas de adaptação climática à escala local, e pela sua divulgação junto dos membros da Rede. No mandato 2017-2021, compõem o Secretariado de Gestão: Centro de Estudos e



Desenvolvimento Regional e Urbano (CEDRU), Laboratório da Paisagem (Guimarães), municípios de Cascais, Figueira da Foz, Loulé, Sintra e Torres Vedras, We-Consultants;

- **Grupos de Trabalho:** os membros da **adapt.local** podem propor ao Conselho Coordenador a constituição de grupos de trabalho para estudo de temas referentes à adaptação local às alterações climáticas e a sua integração em ferramentas de planeamento territorial, entre outros.

Com a constituição da futura associação **adapt.local**, esta estrutura deverá sofrer algumas alterações, quer orgânicas, quer de funcionamento interno, com a criação dos seguintes órgãos: Assembleia Geral, Direção e Conselho Fiscal.

Atualmente, os **membros efetivos** da **adapt.local** correspondem aos seguintes (32) municípios: Almada, Amarante, Barreiro, Braga, Bragança, Cascais, Castelo Branco, Castelo de Vide, Coruche, Évora, Ferreira do Alentejo, Figueira da Foz, Funchal, Guimarães, Ílhavo, Lagos, Leiria, Lisboa, Loulé, Mafra, Montalegre, Odemira, Porto, São João da Pesqueira, Seia, Sintra, Tomar, Tondela, Torres Vedras, Viana do Castelo e Vila Franca do Campo.

Já os **membros auxiliares** integram diversas entidades de natureza, a saber:

- ABAE – Associação Bandeira Azul da Europa;
- Associação ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável;
- CCIAM (FC-UL) - *Climate Change Impacts, Adaptation and Modelling* – Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa;
- CEDRU - Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano;
- FCT/UNL - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa;
- ICS/UL - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa;
- IGOT/UL - Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa;
- Laboratório da Paisagem (Guimarães);
- P4P – Planning for People;
- QUERCUS - Associação Nacional de Conservação da Natureza;
- TIS - Transportes, Inovação e Sistemas;
- Universidade de Aveiro;
- Universidade do Algarve;
- We-Consultants.



### 1.3. PROGRAMA DE AÇÃO 2018-2021

O Programa de Ação 2018-2021, aprovado no 3º Conselho Geral da rede **adapt.local** (Funchal), assumiu como **objetivos principais** para o referido quadriénio:

- Dinamizar a adaptação local às Alterações Climáticas, incentivando os municípios portugueses a desenvolver esta política no seu quadro de atuação e sensibilizando os vários atores para a necessidade de promover medidas, ações e intervenções – técnicas, regulamentares e financeiras – que facilitem a atuação das autarquias locais;
- Facilitar a troca de experiências entre municípios, fortalecendo as práticas em curso e o desenvolvimento de novas soluções, alargando as experiências de adaptação local a mais municípios;
- Promover a capacitação das autarquias, nomeadamente dos eleitos e dos técnicos, no domínio da adaptação às alterações climáticas ao nível local;
- Gerir e ampliar o sistema de informação de apoio à capacitação na adaptação às alterações climáticas desenvolvido no âmbito do ClimaAdaPT.Local.

Para o efeito, foram estabelecidas **três prioridades estratégicas**, operacionalizadas em **oito medidas** e associadas ações de acordo com o seguinte esquema:

#### **PE1 – Dinamizar a adaptação local às alterações climáticas em Portugal:**

- Medida 1.1: Realizar o Seminário Anual de Adaptação Local às Alterações Climáticas;
- Medida 1.2: Sensibilizar as autarquias portuguesas para a realização da adaptação local;
- Medida 1.3: Contribuir para a adoção de políticas, programas, medidas e legislação facilitadora da adaptação ao nível local.

#### **PE2 – Reforçar a notoriedade e o reconhecimento do valor acrescentado da rede:**

- Medida 2.1: Conceber e manter instrumentos de comunicação interna e externa;
- Medida 2.2: Promover a Rede em fóruns especializados;
- Medida 2.3: Mobilizar as autarquias com experiências de planeamento adaptativo a aderirem à Rede.

#### **PE3 – Promover a capacitação e a aprendizagem em rede:**

- Medida 3.1: Promover a capacitação e aprendizagem entre pares;
- Medida 3.2: Assegurar a atualização anual do Barómetro da Adaptação Local às Alterações Climáticas.



## 2. PRESSUPOSTOS

### 2.1. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS E GERAIS

O presente estudo de viabilidade económico-financeira (EVEF) baseou-se na metodologia de análise dos fluxos de caixa descontados (DCF - *Discounted Cash Flow*). Seguindo as recomendações vertidas no documento *Nota de Orientações para a Análise Financeira: análise de rentabilidade financeira, cálculo do défice de financiamento e análise de sustentabilidade* (POSEUR, 2017), foi tido em consideração o seguinte:

- O período de referência foi contabilizado a partir do ano base (2019:  $t = 0$ );
- Todos os fluxos de recebimentos e pagamentos da fase de exploração foram considerados a preços constantes do ano base, isto é, de 2019;
- A atualização desses fluxos para o ano base teve por base a taxa de desconto financeira de 4%, indicada no nº 3 do artigo 19º do Regulamento Delegado (UE) nº 480/2014;
- Os fluxos de caixa foram estabelecidos para cada ano em que são pagos ou recebidos;
- As categorias contabilísticas que não constituam fluxos de recebimento e pagamento, como as amortizações e provisões, não foram incluídas no cálculo;
- Os encargos e proveitos financeiros, e outros que não resultem diretamente da exploração (atividade), também não foram incluídos no cálculo do valor atualizado líquido (VAL = soma dos *cash-flows* descontados), se bem que tenham sido invocados na análise complementar da sustentabilidade financeira.

Relativamente ao **período de referência** do EVEF, as orientações, quer do POSEUR (2017), quer da Comissão Europeia (vertidas no *Guide to Cost Benefit Analysis of Investment Projects*, de julho de 2008), sugerem um horizonte temporal de 10 a 15 anos. Trata-se de um prazo impraticável no caso da rede **adapt.local**, notando que o seu processo de planeamento de atividades é quadrienal. Assim, o atual programa de ação foi aprovado para o período de 2018-2021, desconhecendo-se as iniciativas e atividades concretas que se lhe seguirão. É que as mesmas deverão resultar de um processo negocial entre os membros efetivos (municípios) com apoio dos membros auxiliares, do qual resultará o futuro programa de ação 2022-2025. Em todo o caso, dado que a Rede apenas se deverá constituir como associação em 2020, é de esperar que o programa de ação em vigor seja plenamente concretizado para além de 2021. Nesse sentido, considerou-se a possibilidade de concretização das ações planeadas até 2023, tendo sido esse o horizonte adotado para o presente EVEF.



designadamente, na forma de um plano de comunicação, a elaborar ainda em 2020 e com um custo estimado de 5 mil euros, acrescidos de mil euros em 2022 para efeito da respetiva atualização (regular). Paralelamente, a **adapt.local** deverá investir cerca de 8 mil euros por ano em ações de promoção e publicidade, sendo ainda de assinalar o custo relativo à manutenção do site <http://www.adapt-local.pt/>, orçado em 1400 euros / ano.

Os custos com deslocações e estadas estão relacionados, por um lado, com as representações oficiais da **adapt.local** em fóruns especializados de âmbito nacional e internacional (medida 2.2 do referido programa) e, por outro lado, com a deslocação de oradores estrangeiros convidados para o Seminário Anual de Adaptação Local às Alterações Climáticas (medida 1.1). Estes custos são estimados, respetivamente, em 2400 e 6000 euros/ano em cruzeiro (2022-2023), com um período de *phasing-in* (2020-2021) em que deverão ser menos avultados.

Para além destes custos de exploração, é exetável que a Associação possa vir a recorrer a **outros fornecimentos e serviços externos**, em montante próximo dos mil euros por ano. Trata-se de um valor moderado, notando que a associação **adapt.local** deverá funcionar em instalações e com equipamentos cedidos por membros efetivos (municípios). Desta forma, são esperadas importantes poupanças em termos de custos de exploração, não se prevendo encargos adicionais com rendas, alugueres, eletricidade ou água.

É, ainda, de assinalar que as medidas vertidas no Programa de Ação 2018-2021 não exigem qualquer investimento em imobilizado, pelo que não foi necessário incorporar a habitual componente dos **custos de investimento** no presente EVEF.

## 2.4. FONTES DE FINANCIAMENTO E ISENÇÕES FISCAIS

Para além das quotas dos membros efetivos e de outra receita corrente proveniente da prestação pontual de serviços, a associação **adapt.local** não deverá contar com fontes de financiamento adicionais, designadamente, na forma de capital social, contribuições privadas, empréstimos, subsídios, financiamento comunitário ou comparticipações públicas nacionais, pelo menos no horizonte temporal (2023) do presente EVEF. Tal decorre, em particular, da própria natureza do projeto bem como da referida ausência de um programa de investimento que poderia suscitar a candidatura a Fundos Europeus Estruturais e de Investimento.

Desta forma, não se prevê que a Associação venha a ter encargos financeiros nos próximos anos, nomeadamente, na forma de serviço de dívida ou de devolução de subvenções. Fruto da sua natureza, também não se configura que a **adapt.local** venha a se sujeita a imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas (IRC).



De facto, para pessoas coletivas que não exerçam, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola como será o caso da **adapt.local**, considera-se rendimento não sujeito a IRC as quotas pagas pelos seus associados em conformidade com os seus estatutos, assim como os subsídios destinados a financiar a realização dos fins estatutários (n.º 3 do art.º 54 do código do IRC). Porém, caso a Associação venha a prestar serviços, as respetivas receitas podem vir a ser englobadas no rendimento global para efeito de IRC. Isto porque a **adapt.local** não será, em sentido estrito, uma associação de municípios, o que lhe asseguraria a isenção para efeito de IRC (alínea b) do n.º 2 do art.º 9º do referido código), antes englobando outros membros (auxiliares) de natureza pública e privada, de acordo com a referida proposta de estatutos.

Apesar de isenta de IRC num cenário de receitas exclusivamente oriundas das quotas dos seus associados, a **adapt.local** terá, em princípio, de entregar a declaração Modelo 22 do IRC, mencionando os referidos rendimentos isentos, na sequência das alterações introduzidas pelo Orçamento do Estado de 2018.

## 3. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

### 3.1. VALOR ATUALIZADO LÍQUIDO (VAL)

Na ausência de custos de investimento, o valor atualizado líquido (VAL) corresponde, simplesmente, à soma das receitas ( $R_t$ ) líquidas dos custos de exploração ( $C_t$ ), atualizadas para o ano base (2019:  $t = 0$ ) com base numa taxa de desconto apropriada ( $i = 0.04$ ):

$$VAL = \sum_{t=0,1,\dots,n} [(R_t - C_t) / (1 + i)^t]$$

onde  $n$  corresponde ao índice do horizonte temporal da análise (2023,  $n = 4$ ). A operação de atualização é necessária para que se possa realizar a agregação das receitas e despesas ao longo do horizonte temporal da análise, fazendo reportar todos os valores ao ano base (2019). Este desconto espelha a preferência dos agentes económicos em antecipar receitas e adiar despesas, aferida pela taxa de atualização financeira ou de desconto  $i$ .

Quadro 3: Mapa de cash-flows de exploração e cálculo do VAL por cenário (preços constantes de 2019)

Componente por cenário	2019	2020	2021	2022	2023	Total
<b>Receitas de exploração (euros)</b>						
Cenário ambicioso		32 000	37 000	47 000	57 000	173 000
Cenário regular		32 000	34 000	36 000	38 000	140 000
Cenário conservador		32 000	32 000	32 000	32 000	128 000
<b>Custos de exploração (euros)</b>						
Cenário ambicioso		26 700	31 500	34 000	33 000	125 200
Cenário regular		26 700	31 500	34 000	33 000	125 200
Cenário conservador		26 700	31 500	34 000	33 000	125 200
<b>Cash-flow líquido (euros)</b>						
Cenário ambicioso		5 300	5 500	13 000	24 000	47 800
Cenário regular		5 300	2 500	2 000	5 000	14 800
Cenário conservador		5 300	500	-2 000	-1 000	2 800
<b>Informação para atualização</b>						
Referência/índice temporal (t)	0	1	2	3	4	
Taxa de atualização financeira (i)	0.04					
Fator de atualização $(1+i)^{-t}$	1.0000	0.9615	0.9246	0.8890	0.8548	
<b>Cash-flow líq. atualizado (euros)</b>						<b>VAL:</b>
Cenário ambicioso		5 096	5 085	11 557	20 515	42 253
Cenário regular		5 096	2 311	1 778	4 274	13 460
Cenário conservador		5 096	462	-1 778	-855	2 926

Como sugere o quadro anterior, o projeto da associação **adapt.local** gera sempre um **valor atualizado líquido (VAL) positivo** independentemente do cenário considerado, pelo que a respetiva viabilidade económica e financeira encontra-se salvaguardada. No entanto, no cenário conservador de manutenção do número de membros efetivos, o VAL obtido é relativamente



pequeno, próximo dos 3 mil euros, como resultado das receitas líquidas negativas (atualizadas) previstas para 2022 e 2023. Já no caso do cenário regular, o VAL acresce a cerca de 13.5 mil euros, elevando-se a mais de 42 mil euros no cenário ambicioso. A angariação de novos membros é, pois, importante para assegurar a plena viabilidade económico-financeira da futura associação.

### 3.2. SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

A análise de sustentabilidade financeira tem por objetivo verificar em que medida a associação **adapt.local** terá recursos financeiros suficientes e disponíveis para cobrir as despesas de funcionamento ao longo do tempo.

Tratando-se de uma **análise de fluxos de caixa**, deverão ser consideradas as diferentes fontes de financiamento para além das receitas líquidas de exploração, bem como eventuais encargos financeiros. De acordo com o referido na secção 2.4, não se preveem receitas adicionais para além das decorrentes de quotas e prestação de serviços, nem se antecipam encargos de dívida ou outros, designadamente, em sede de IRC.

*Quadro 4: Sustentabilidade financeira por cenário (preços constantes de 2019, valores não atualizados)*

Componente por cenário	2020	2021	2022	2023
<b>Receitas de exploração (euros)</b>				
Cenário ambicioso	32 000	37 000	47 000	57 000
Cenário regular	32 000	34 000	36 000	38 000
Cenário conservador	32 000	32 000	32 000	32 000
<b>Fontes de financiamento (euros)</b>				
Cenário ambicioso	0	0	0	0
Cenário regular	0	0	0	0
Cenário conservador	0	0	0	0
<b>Custos de exploração (euros)</b>				
Cenário ambicioso	26 700	31 500	34 000	33 000
Cenário regular	26 700	31 500	34 000	33 000
Cenário conservador	26 700	31 500	34 000	33 000
<b>Encargos financeiros (euros)</b>				
Cenário ambicioso	0	0	0	0
Cenário regular	0	0	0	0
Cenário conservador	0	0	0	0
<b>Cash-flow líquido (euros)</b>				
Cenário ambicioso	5 300	5 500	13 000	24 000
Cenário regular	5 300	2 500	2 000	5 000
Cenário conservador	5 300	500	-2 000	-1 000
<b>Cash-flow líquido acumulado (euros)</b>				
Cenário ambicioso	5 300	10 800	23 800	47 800
Cenário regular	5 300	7 800	9 800	14 800
Cenário conservador	5 300	5 800	3 800	2 800



Como sugerem as últimas linhas do quadro anterior, a operação da **adapt.local** é sustentável em todos os cenários considerados, na medida em que os fluxos de caixa (*cash-flows*) líquidos, acumulados e não atualizados são sempre positivos em todos os anos ao longo do período analisado.

Desta forma, fica demonstrado que não existe risco de insuficiência de fundos no horizonte de 2023, se bem que no cenário conservador se note uma descida do valor disponível a partir de 2021, com um fluxo de caixa acumulado de apenas 2800 euros no horizonte da análise (2023) que resulta da referida insuficiência da receita para cobrir os custos esperados para 2022 e 2023.



## 4. CONCLUSÃO

A despesa corrente de funcionamento da associação **adapt.local** (honorários, serviços especializados, deslocações/estadas e outros fornecimentos) é estimada em cerca de 33 mil euros em ano de cruzeiro a preços constantes de 2019. No entanto, como a constituição da Associação está prevista apenas para meados de 2020, estes custos de exploração poderão ser inferiores no ano de arranque, se bem que ocorram outras despesas pontuais (assessorias especializadas e plano de comunicação). Desta forma, a despesa total nos primeiros quatro anos de funcionamento (2020-2023) é estimada em cerca de 125 mil euros, ou 113 mil euros aplicando a taxa de atualização financeira de 4% recomendada pelo Portugal 2020.

Paralelamente, a associação **adapt.local** terá como principal fonte de receita as quotizações. Atualmente com 32 membros efetivos (municípios), a Associação deverá, pois, registar um fluxo anual de receita de 32 mil euros, dado o valor unitário da quota (mil euros) indicado na proposta de estatutos. Em termos atualizados, tal corresponde a uma receita de exploração de cerca de 116 mil euros no horizonte de 2023.

Desta forma, num **cenário conservador** de manutenção do atual número de membros efetivos, a associação **adapt.local** seria capaz de gerar um valor atualizado líquido (VAL) positivo, se bem que relativamente pequeno (cerca de 3 mil euros). A angariação de novos membros/municípios é, pois, fundamental para reforçar a viabilidade económico-financeira da futura associação.

Nesse sentido, o presente EVEF considerou dois **cenários alternativos**, um regular, assente na angariação de dois novos membros por ano a partir de 2021, e outro ambicioso, em que essa angariação ascenderia a cinco membros/ano, havendo ainda lugar a receita complementar proveniente da prestação pontual de serviços.

A principal conclusão é que a viabilidade da Associação fica bastante reforçada nesses cenários alternativos, especialmente no cenário ambicioso, para o qual se obteve um VAL superior a 42 mil euros. A sustentabilidade financeira da **adapt.local**, aferida pelo fluxo de caixa acumulado (não atualizado), também sai bastante reforçada no mesmo caso.

Em suma, a futura associação **adapt.local** deverá apostar na angariação de novos membros, bem como na eventual prestação de serviços, nomeadamente, a associações de municípios ou outras entidades com interesse no tema das alterações climáticas, de modo a reforçar a sua viabilidade e sustentabilidade financeira. Tal é essencial para que se possa delinear um Programa de Ação 2022-2025 mais ambicioso face ao programa em vigor, de forma supletiva com a constituição da Rede em Associação para a qual o presente estudo concorre.



N.Seq.: 49125

**PROP.: Quota Anual/2020**

Serviço Requiritante: 01 Câmara Municipal - GAP

Organica: 0102 Câmara Municipal

Económica: 04050104 Associações de municípios

**GOP: 01 FUNÇÕES GERAIS**

111 SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

2017/9 APOIOS DE ÂMBITO GERAL

Acc.: 1 Transferências correntes - Associações

Dependente de:

Contrato:

**Orçamento de GOP**

Financiamento disponível: 200 000,00

Cabimentado: 81 588,00

**Saldo: 118 412,00**

Data	Nº Lanç.	Valores		N. Seq.	Compromisso		Saldo	Descrição
		Inicial	Correções		Documento	Valor		
22/01/2020	5684	1 000,00					1 000,00	apoio - quota anual